

POR QUE NÃO APOIAMOS A PASSAGEM PARA A FASE 3 DO PLANO DE CONTINGÊNCIA NO DECORRER DO SEMESTRE LETIVO DE 2021/1?

O Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Naturais, reunido em 3 de agosto de 2021, vem a público se manifestar sobre a proposta de migração para a Fase 3 do Plano de Contingência da Ufes com a adoção, neste momento, do ensino híbrido.

Desde a decisão do Conselho Universitário pela suspensão das atividades presenciais na Ufes, os docentes e os técnicos administrativos do CCHN não deixaram de trabalhar em momento algum da pandemia. Ao contrário, a adoção do trabalho remoto emergencial significou um aumento da carga de trabalho, com excesso de reuniões, encontros virtuais e mensagens eletrônicas, reduzindo o tempo de estudo, pesquisa e reflexão necessários para cumprimento de seu fazer, com a qualidade exigida e esperada.

Logo que a Reitoria instituiu a Comissão Especial de acompanhamento da COVID da Ufes e o Comitê Operativo de Emergência (COE), o CCHN instituiu comissão própria de biossegurança, que foi responsável pelo diagnóstico das condições físicas e humanas e pela elaboração do Parecer de Biossegurança e Contingenciamento do CCHN. Esse documento, que contém 161 páginas, apresentou as demandas de adequação dos nossos espaços, bem como sugestões para transição de uma fase a outra, apontando as condições e os processos necessários para o ensino híbrido. O CCHN respondeu a todos os levantamentos solicitados pela Prograd, pela PRPPG, pela Proex, pela Progep, pela Proad, pela SI e pela Reitoria. Fizemos diversas reuniões, visitas técnicas e compusemos comissões para tratar de todos os temas demandados pela Administração Central, apesar dos exíguos prazos que nos foram dados.

A partir do parecer da Comissão de Biossegurança e Contingenciamento do CCHN, o Conselho Departamental do CCHN definiu, em meados de 2020, uma lista de obras para a adaptação física da estrutura do Centro (reforma de banheiros, telhados, janelas, laboratórios, guichês), bem como autorizou dotação orçamentária para a realização dessas ações, das quais, até o momento, pouquíssimo foi de fato realizado, sem que sequer tenhamos recebido até aqui (mais de um ano depois), os orçamentos ou

um cronograma de execução para tais obras. Portanto, se o ensino híbrido for instituído agora, encontrará nossa estrutura física nas mesmas condições que estavam no início de 2020, ou ainda piores, pela deterioração natural do espaço físico, devido à falta de uso.

Salientamos que as obras solicitadas não possuem, nas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) emitidas pelos engenheiros da Superintendência de Infraestrutura, garantias de que as adaptações solicitadas estão adequadas para o combate à disseminação da Covid-19. Ou seja, não nos foi apresentada pela SI informação técnica específica para a adaptação da estrutura física dos espaços do CCHN para o combate à pandemia.

Não temos também informações suficientes a respeito da atualização do contrato de limpeza, fundamental para o retorno das atividades presenciais, apesar de termos entregado, ainda em 2020, mais de um levantamento sobre a estrutura física do Centro e os setores que precisarão de limpeza para a viabilização do ensino presencial/híbrido.

Também não temos resposta quanto às reformas dos laboratórios para realização de aulas práticas, apesar de termos respondido ao levantamento solicitado pela SI. E o levantamento realizado no CCHN das disciplinas que têm potencial para migrar para o ensino híbrido, quando esse for autorizado, está sendo interpretado como um sinal verde para a adoção do híbrido na Universidade, quando o próprio Plano de Contingência da Ufes, aprovado pela Reitoria, determina a necessidade de adaptação da estrutura física, que ainda não ocorreu.

A Administração Central precisa ampliar seus espaços de diálogo com a comunidade acadêmica, informando aos professores, técnicos administrativos e estudantes quais equipamentos de proteção individual (EPIs) já foram adquiridos, como e com qual frequência esses serão fornecidos, para que o retorno às atividades presenciais seja efetivado com a sensação de segurança e de sentimento de respeito à vida dos trabalhadores e estudantes.

Até o momento, não foi publicado um plano central que preveja escalas de trabalho, revezamento entre servidores e medidas sanitárias no caso de contaminação nos locais de trabalho ou suspensão do regime híbrido. O que nos leva a crer que cada professor em cada disciplina, cada

coordenador de curso ou cada Centro ficarão responsáveis por organizar o funcionamento prático do ensino híbrido, bem como seus desdobramentos.

Também não temos informações sobre as condições de trabalho e segurança dos trabalhadores terceirizados que fazem parte da comunidade universitária, que, na maioria das vezes, dependem de transporte público e que também podem adoecer ou serem vetores na disseminação do vírus, tanto na Universidade, quanto em suas famílias e bairros.

Parece-nos, portanto, que, apesar de óbvio, é necessário dizer que estamos vivendo uma pandemia sem precedentes na história. Mais de 550 mil brasileiros foram mortos por conta da Covid-19. Quase 20 milhões de brasileiros foram contaminados, desconhecendo ainda os impactos que a doença pode ter deixado em suas vidas. Isso considerando-se apenas os dados oficiais. Em cada Centro de Ensino, sofremos a perda de trabalhadores e estudantes. Estamos com índices semelhantes aos do final de 2020, e não aos do início da pandemia. A vacinação tem avançado a passos lentos e apenas uma pequena parte dos trabalhadores da Universidade foi vacinada com as duas doses até o momento. Entre os estudantes, esse índice é baixíssimo, pois mais de 80% dos estudantes têm menos de 30 anos. Ainda em relação à vacinação, a Universidade não possui dados sobre a imunização da comunidade.

O impacto do retorno do ensino presencial (ainda que híbrido) na sociedade é enorme: a maioria de nossos estudantes e muitos dos mais de 3 mil trabalhadores da Ufes utilizam o transporte público. O impacto do deslocamento dos estudantes nos *campi* do interior é maior ainda, pois a proporção de estudantes em relação à população de Alegre, por exemplo, é muito relevante.

Por fim, do ponto de vista pedagógico, não faz sentido migrarmos de uma fase totalmente remota para o ensino híbrido no decorrer do semestre, pois isso afetaria diretamente as ofertas de disciplinas e os planos de ensino em curso, que foram pensados e aprovados para ocorrerem de forma remota. Também estaríamos infringindo uma resolução do CEPE, que determina a forma de funcionamento e de ensino na Universidade no período em curso. Não há estrutura de transmissão das aulas que ocorressem em salas nas dependências da Universidade. Não há política

institucional que garanta aos estudantes com comorbidades, matriculados em disciplinas que se tornassem híbridas, o acesso ao conteúdo ministrado pelo professor de forma igualitária, sem prejuízo por sua condição de saúde ou de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o Conselho Departamental do CCHN repudia veementemente a proposta de migração da fase 2 para a fase 3 neste momento, sem adaptação da estrutura física (conforme exigido no Plano de Contingência), sem atualização dos contratos de limpeza e segurança, sem fornecimento de EPIs, sem barreiras sanitárias, sem projeto acadêmico para o híbrido, e, principalmente, sem a ampla vacinação da comunidade acadêmica.

Vitória, 03 de agosto de 2021.

Conselho Departamental do CCHN